

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA



PROJETO DE LEI

Institui a Política Estadual de Combate ao Narcoterrorismo no Estado da Bahia e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Combate ao Narcoterrorismo, com a finalidade de prevenir, identificar e enfrentar práticas de intimidação coletiva, domínio territorial e violência sistemática promovidas por organizações criminosas, bem como proteger a população civil e fortalecer a presença institucional do Estado em áreas afetadas por tais condutas.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Combate ao Narcoterrorismo:

I – proteger a população civil contra atos de violência, intimidação e coação coletiva praticados por organizações criminosas;

II – prevenir e combater o domínio territorial exercido por organizações criminosas;

III – assegurar a continuidade e a regularidade da prestação dos serviços públicos essenciais em áreas afetadas pela criminalidade organizada;

IV – fortalecer a presença institucional do Estado em regiões vulneráveis à atuação de organizações criminosas;

V – promover a produção, sistematização e divulgação de informações relativas à atuação de organizações criminosas e seus impactos sociais;

VI – proteger os direitos fundamentais das comunidades afetadas pela atuação do crime organizado.

Art. 3º O Estado da Bahia reconhece que organizações criminosas que utilizem violência sistemática, intimidação coletiva, controle territorial armado e ataques contra a população ou agentes públicos representam grave ameaça à segurança pública, às instituições democráticas e aos direitos fundamentais da população.

CAPÍTULO II

DA CARACTERIZAÇÃO DO NARCOTERRORISMO

Art. 4º Para os fins desta Lei, considera-se narcoterrorismo a utilização sistemática da violência, intimidação ou coação coletiva por organizações criminosas com o objetivo de:



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

- I – exercer controle territorial sobre comunidades ou regiões;
- II – influenciar ou restringir o comportamento da população local;
- III – impedir, dificultar ou constranger a atuação do Poder Público;
- IV – assegurar a manutenção de atividades relacionadas ao tráfico de drogas, armas ou outras práticas criminosas organizadas.

Parágrafo único. Constituem indícios de atuação narcoterrorista, entre outros:

- I – imposição de toque de recolher;
- II – expulsão de moradores de suas residências ou comunidades;
- III – fechamento forçado de estabelecimentos comerciais;
- IV – interrupção ou impedimento do funcionamento de escolas, unidades de saúde ou outros serviços públicos;
- V – ataques contra agentes públicos ou equipamentos públicos;
- VI – incêndio, destruição ou depredação de bens públicos ou privados;
- VII – bloqueio de vias públicas mediante violência ou ameaça;
- VIII – recrutamento, aliciamento ou utilização de crianças e adolescentes para atividades criminosas;
- IX – imposição de normas paralelas à ordem jurídica estatal.

Art. 5º As disposições desta Lei possuem natureza exclusivamente administrativa e orientadora de políticas públicas, não implicando tipificação penal ou alteração da legislação criminal vigente.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL

Art. 6º São diretrizes da Política Estadual de Combate ao Narcoterrorismo:

- I – defesa da ordem pública e da paz social;
- II – proteção da população civil;
- III – preservação da continuidade dos serviços públicos essenciais;
- IV – fortalecimento da presença institucional do Estado em áreas vulneráveis;
- V – integração e cooperação entre órgãos e entidades da Administração Pública;
- VI – transparência e produção de informações sobre a atuação de organizações criminosas;
- VII – proteção às vítimas da violência praticada por organizações criminosas.

CAPÍTULO IV

DO RELATÓRIO ESTADUAL DE NARCOTERRORISMO

Art. 7º O Poder Executivo elaborará relatório anual contendo informações sobre:

- I – áreas afetadas pela atuação de organizações criminosas;



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

- II – ocorrências de intimidação coletiva e domínio territorial;
- III – ataques contra agentes públicos e equipamentos públicos;
- IV – impactos da criminalidade organizada sobre a educação, saúde, mobilidade urbana e demais serviços públicos;
- V – medidas adotadas pelo Estado para enfrentamento do narcoterrorismo.

Art. 8º O relatório previsto no artigo anterior será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e disponibilizado ao público em meio eletrônico, observadas as restrições legais relativas ao sigilo de informações.

CAPÍTULO V

DAS ÁREAS SOB GRAVE INFLUÊNCIA DO CRIME ORGANIZADO

Art. 9º O Poder Executivo deverá identificar áreas submetidas à grave influência de organizações criminosas para fins de planejamento, monitoramento e priorização de políticas públicas voltadas à proteção da população e ao fortalecimento da presença estatal.

Parágrafo único. A identificação prevista no caput não produzirá efeitos restritivos de direitos individuais nem implicará qualquer forma de estigmatização da população local.

CAPÍTULO VI

DA PROTEÇÃO À POPULAÇÃO CIVIL

Art. 10. O Estado promoverá ações voltadas à proteção da população afetada pela atuação de organizações criminosas, especialmente:

- I – moradores vítimas de deslocamento forçado ou expulsão de suas residências;
- II – comerciantes submetidos a extorsões ou ameaças;
- III – profissionais da educação;
- IV – profissionais da saúde;
- V – trabalhadores do sistema de transporte público;
- VI – demais grupos expostos à violência ou intimidação decorrente da atuação do crime organizado.

CAPÍTULO VII

DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE SOCIAL

Art. 11. Os dados produzidos no âmbito da Política Estadual de Combate ao Narcoterrorismo observarão os princípios da publicidade, transparência e acesso à informação, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.

Art. 12. A Assembleia Legislativa poderá promover audiências públicas, seminários e outras iniciativas destinadas ao acompanhamento e avaliação da Política Estadual de Combate ao Narcoterrorismo.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir a Política Estadual de Combate ao Narcoterrorismo no Estado da Bahia, estabelecendo diretrizes para o reconhecimento, monitoramento e enfrentamento de práticas de intimidação coletiva, domínio territorial armado e violência sistemática promovidas por organizações criminosas que desafiam a autoridade estatal e comprometem a segurança da população.

Nas últimas décadas, o crime organizado deixou de atuar apenas como estrutura voltada à prática de delitos patrimoniais ou ao tráfico de entorpecentes, passando a exercer, em diversas regiões do país, verdadeiro controle territorial sobre comunidades inteiras. Em muitos locais, facções criminosas impõem regras próprias de convivência, restringem a liberdade de locomoção dos moradores, determinam o funcionamento de estabelecimentos comerciais, expulsam famílias de suas residências, recrutam adolescentes e promovem ataques coordenados contra agentes públicos e equipamentos estatais.

Esse cenário tem levado diversos estudiosos e autoridades internacionais a reconhecerem que determinadas organizações criminosas passaram a empregar métodos típicos de grupos terroristas, utilizando a violência sistemática e a intimidação coletiva como instrumentos de domínio social e territorial.

Recentemente, o Governo dos Estados Unidos anunciou a classificação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como Organizações Terroristas Estrangeiras (Foreign Terrorist Organizations – FTO), sob o fundamento de que tais grupos possuem atuação transnacional, elevado poder bélico, estrutura organizada e capacidade de promover atos de violência capazes de ameaçar a segurança pública e a estabilidade institucional.

Embora a legislação brasileira possua tratamento jurídico próprio para o terrorismo e para as organizações criminosas, é inegável que a discussão internacional evidencia a necessidade de o Poder Público reconhecer a crescente sofisticação das facções criminosas e os impactos sociais produzidos por suas estratégias de intimidação coletiva e controle territorial.

A realidade observada em diversos estados brasileiros demonstra que o fenômeno deixou de representar mera criminalidade comum. O Estado do Ceará, por exemplo, vivenciou sucessivas ondas de ataques coordenados promovidos por facções criminosas, com incêndios de ônibus, destruição de equipamentos públicos, explosões de estruturas urbanas e paralisação de serviços essenciais, gerando verdadeiro cenário de terror para a população.

Relatórios e estudos recentes também apontam a expansão territorial de facções criminosas em diversas regiões do país, inclusive em municípios do interior, com impactos diretos sobre os índices de violência, a liberdade da população e o funcionamento regular das instituições públicas.

No Estado da Bahia, a população convive diariamente com episódios de extrema violência associados à atuação de organizações criminosas que disputam territórios, impõem regras paralelas à ordem jurídica estatal e desafiam permanentemente a atuação das forças de segurança. Em diversas localidades, moradores relatam restrições ao direito de ir e vir, fechamento de atividades comerciais, ameaças contra profissionais de serviços públicos e conflitos armados que afetam diretamente a vida das comunidades.

Diante desse cenário, torna-se indispensável a formulação de uma política pública específica voltada ao reconhecimento institucional do fenômeno do narcoterrorismo e à produção de instrumentos permanentes de monitoramento, transparência e proteção da população civil.

A presente proposta não cria tipos penais, não altera a legislação criminal vigente e não invade competências privativas da União. Seu objetivo é estabelecer uma política pública estadual destinada à produção de diagnósticos, ao acompanhamento dos impactos sociais da atuação das organizações criminosas e ao fortalecimento da presença



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA



institucional do Estado em áreas afetadas pela criminalidade organizada.

Busca-se, assim, assegurar maior transparência sobre a atuação das facções criminosas, permitir o acompanhamento permanente do problema pelo Poder Legislativo e pela sociedade civil e promover mecanismos de proteção às comunidades submetidas à violência e à intimidação decorrentes do avanço do crime organizado.

A defesa da ordem pública, da liberdade dos cidadãos e da autoridade legítima das instituições exige o reconhecimento da gravidade do fenômeno atualmente enfrentado pela sociedade baiana. Não se trata apenas de combater crimes isolados, mas de enfrentar estruturas criminosas que, em determinadas regiões, procuram substituir o próprio Estado por meio da força, do medo e da violência.

Diante da relevância da matéria e do interesse público envolvido, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa Legislativa, contando com o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

Sala da Sessões, 29 de maio de 2026.

Deputado Leandro de Jesus



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://albaregis.nopapercloud.com.br/homolog/autenticidade> utilizando o identificador 310038003100350034003A005000

Assinado eletronicamente por **LEANDRO SILVA DE JESUS** em **29/05/2026 13:28**

Checksum: **FF7424F81139E5B62E6D8DE8EDBEF8FC84D13A33171997CE199105425392A924**



Autenticar documento em <https://albaregis.nopapercloud.com.br/homolog/autenticidade>
com o identificador 310038003100350034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art.
4º, II da Lei 14.063/2020.